



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

**PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO
JOSÉ DAS PALMEIRAS**

**TERMO DE
DISTRATO
PREGÃO
ELETRÔNICO**

047/2024

CONTRATO Nº 043/2024

OBJETO: Aquisição de equipamento do tipo “Biodigestor de pequeno porte”, destinado ao apoio de atividades correlatas à gestão de resíduos no Município de São José das Palmeiras, através de repasse de Recursos oriundos Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional – CONVENIO “ITAIPU MAIS QUE ENERGIA Nº 4125456/2023.

EMPRESA: B.G.L. BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA

AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS-PR**SETOR: PROCURADORIA DO MUNICÍPIO**

ASSUNTO: *Pregão Eletrônico n.º 047/2024, cujo objeto é a Aquisição de equipamento do tipo “Biodigestor de pequeno porte”, destinado ao apoio de atividades correlatas à gestão de resíduos no Município de São José das Palmeiras, através de repasse de Recursos oriundos Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional – CONVÊNIO “ ITAIPU MAIS QUE ENERGIA Nº 4125456/2023*

A empresa BGL BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL sob o CNPJ 41967974000126 representada pelo Eng. Bruno Gomez L. Bertoni CPF 29691755840 e RG 33606601-6 empresa ganhadora do Edital de Pregão Eletrônico n.º 047/2024, cujo objeto é a Aquisição de equipamento do tipo “Biodigestor de pequeno porte”, destinado ao apoio de atividades correlatas à gestão de resíduos no Município de São José das Palmeiras, através de repasse de Recursos oriundos Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional – CONVÊNIO “ ITAIPU MAIS QUE ENERGIA Nº 4125456/2023, vem respeitosamente por meio deste e-mail informar que por questões de patentes tecnológicas incumbidas pela notificação extrajudicial e impossibilitada de cumprir os termos contratuais informar a desistência do contrato e solicitar a rescisão bilateral com esta prefeitura.

Sem mais para o momento.

São Paulo, 30 de abril de 2025.



Representante Legal
BRUNO GOMEZ LEGUIZAMON BERTONI
RG 33.606.601-6
CREA/CAU n.º: 5062634865/D

Bertoni Engenharia Ambiental Ltda - Cia de Geógrafos – Avenida Marechal Mario Guedes, 2
ap.31 – torre 3 - São Paulo-SP - CNPJ - 41.967.974/0001-26–Tel.:(11) 98329-7983-
www.ciadegeografos.com.br e-mail: bruno@bertoniengenharia.com.br



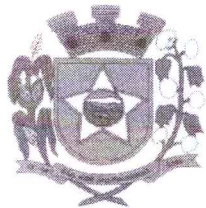
@ciadegeografos



ciadegeografos



@brunociadegeografos



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR

PARECER JURÍDICO

Assunto: RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO e PEDIDO DE DESISTÊNCIA

Requerente: Departamento de Licitação.

Data: 30 de abril de 2024.

A) Relatório:

Foi encaminhado a esta Assessoria Jurídica questionamento jurídico acerca da legalidade de pedido de rescisão contratual bilateral amigável em que a empresa afirma que “em decorrência de proteção intelectual de patente de terceiros, não possui autorização para fornecer o produto para o município”.

Ainda, destaco que tal tema já fora objeto de análise, já que o município fora notificado pela empresa detentora da patente, oportunidade em que fora esclarecido que o município tem interesse na aquisição do produto, e, que eventual proteção intelectual deve ser discutida entre o inventor/detentor da patente e o fornecedor. Por outro lado, nada impede que a comercialização da patente seja autorizada para terceiros, os quais podem ser fornecedores do município.

Em suma, estes são os fatos.

B) Fundamentação:

Inicialmente, pontuo que os procedimentos licitatórios devem atender os princípios dispostos no art. 37 da Constituição Federal, especificamente o princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A Lei de Licitações (nº 14.133/2021) prevê em no art. 124 a possibilidade de rescisão amigável entre as partes, vejamos:

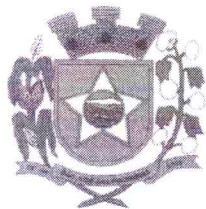
Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

Esclareço que existem somente duas modalidades de rescisão contratual, a unilateral (descumprimento contratual) e a bilateral, também conhecida como amigável, quando ficar constatada a conveniência e oportunidade de ambas as partes, especialmente à administração pública.

Assim, ao deslumbrar o requerimento formulado, nota-se que o propósito da requerente é a rescisão bilateral do contrato, contudo, para seja considerada legal tal conduta, a conveniência e oportunidade deve estar revestida pela princípio da moralidade e da impessoalidade.

E no presente caso, nota-se que a administração pública continua necessitando do produto licitado.

Porém, diante da impossibilidade da empresa cumprir pontualmente com sua obrigação, em razão de fato notório e imprevisível, mostra-se conveniente que haja a rescisão bilateral, bem como a convocação da empresa subsequente, mas que o serviço público seja prestado satisfatoriamente, sem interrupções, e, com maior eficiência.

Nota-se que o art. 90 da Lei de licitações prevê a possibilidade de convocação de empresa remanescente em hipótese de rescisão contratual, vejamos:

Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

§ 2º Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 3º Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

§ 4º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

§ 5º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

§ 6º A regra do § 5º não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º deste artigo.

§ 7º Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º deste artigo.

Pois bem.

Diante de tais condições, concluo que é possível a realização da rescisão bilateral, considerando as circunstâncias excepcionais e não previsíveis que foram relatadas pelo requerente, porém, resalto que a discricionariedade é do gestor público.

C) Conclusão:

Considerando os fatos e fundamentos trazidos, compreendo que a circunstância excepcional do caso concreto possibilita a realização de rescisão bilateral, bem como a convocação do(s) demais licitantes interessados, na forma do art. 90, § 7º, da Lei de Licitações.

Caso não existam licitantes habilitados ou estes não apresentem as condições necessárias para a adjudicação em seu favor, que se faça o arquivamento e a abertura de novo certame com o mesmo objeto.

É o parecer.

HERBERT

CORREA BARROS

HERBERT CORREA BARROS

OAB/PR 51.127

PROCURADOR DO MUNICÍPIO

Assinado de forma digital por
HERBERT CORREA BARROS
Dados: 2025.04.30 14:58:09
-03'00'



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

TERMO DE RESCISÃO/DISTRATO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 03/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A MUNICÍPIO DE SÃO JOSE E A B.G.L. BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA

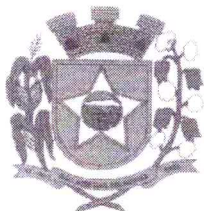
Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 047/2024, de um lado, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. FRANCO MARIA ALVES CABRAL, brasileiro, casado, contador, portador do CPF/MF nº 057.831.629-30 e da Carteira de Identidade RG nº 8.351.589-9 SSP/PR, denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **B.G.L. BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 41.967.974/0001-26, estabelecido na Av. Mal. Mario Guedes, 02, Apt 31- Jaguare- São Paulo/SP, neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. BRUNO GOMEZ LEGUIZAMON BERTONI, brasileiro, casado, engenheiro ambiental, portador da RG nº 336066016 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 296.917.558-40, residente e domiciliado na Av. Mal. Mario Guedes, 02, Apt 31- Jaguare- São Paulo/SP, doravante denominado CONTRATADO, têm justo e firmado entre si este **Termo de Rescisão Contratual**, resolvem rescindir o referido Contrato 03/2025, com fundamento no art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato nº 03/2015, cujo o objeto é Aquisição de equipamento do tipo “Biodigestor de pequeno porte”, destinado ao apoio de atividades correlatas à gestão de resíduos no Município de São José das Palmeiras, através de repasse de Recursos oriundos Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional – CONVENIO “ITAIPU MAIS QUE ENERGIA Nº 4125456/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido. A Rescisão Contratual é com Quitação Mútua, encerrando de pleno direito esta relação legalmente constituída e mutuamente respeitada, sem multas ou penalidades, dando quitação de todos e quaisquer créditos ou débitos entre as partes existentes até o momento, seja a que título for, inclusive face a eventuais discussões sobre descontos e diminuições nas comissões contratadas.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Santa Helena

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

São José das Palmeiras, em 05 de Maio de 2025.

FRANCO MARIA
ALVES
CABRAL:057831629
30

Assinado de forma digital
por FRANCO MARIA ALVES
CABRAL:05783162930
Dados: 2025.05.05 09:36:44
-03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
FRANCO MARIA ALVES CABRAL

Contratante

Documento assinado digitalmente



BRUNO GOMEZ LEGUIZAMON BERTONI
Data: 05/05/2025 13:55:43-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

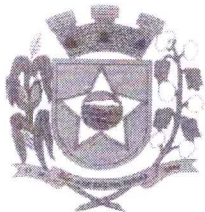
B.G.L. BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA
Sr. BRUNO GOMEZ LEGUIZAMON BERTONI

Contratado

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO/DISTRATO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº
03/2025

Pregão Eletrônico nº 047/2024

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, com sede à Rua Marechal Castelo Branco, 979 - centro, inscrito no CGC/MF nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Sr. FRANCO MARIA ALVES CABRAL

CONTRATADA: B.G.L. BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamento do tipo “Biodigestor de pequeno porte”, destinado ao apoio de atividades correlatas à gestão de resíduos no Município de São José das Palmeiras, através de repasse de Recursos oriundos Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional – CONVENIO “ITAIPU MAIS QUE ENERGIA Nº 4125456/2023.

TERMO DE RESCISÃO: Rescisão Amigável do contrato nº 03/2025

DATA DE ASSINATURA: 11 de fevereiro de 2025.

FORO: Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná.

São José das Palmeiras, 05 de Maio de 2025

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
PREFEITO MUNICIPAL

regulamentares, nos termos da Lei orgânica Municipal, pela presente e,

Considerando a necessidade de designação de gestor e fiscal do convênio a ser firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB,

Art. 1º - Designar a servidora JULHANA BARBOSA DA SILVA, RG nº 13.087.945-4/PR, nomeada para a função de Gestora de Convênios, Repasses e Contratos, para atuar como GESTORA DO CONVÊNIO e GABRIEL HENRIQUE BARBOSA DE PAIVA, RG nº 13.978.171-6/PR, nomeado para o cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária, Indústria e Comércio, para atuar como FISCAL DO CONVÊNIO, devendo os mesmos operar como auxiliares da fiscalização do Convênio a ser firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

Art. 2º - A presente designação será sem ônus ao Município, e consistirá em serviço público relevante.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 05 de maio de 2025; 65º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ

Prefeito do Município

Publicado por:

José Ricardo da Silva

Código Identificador:88D5160E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 126/2025 - CONCEDE FÉRIAS AOS
SERVIDORES MUNICIPAIS

PORTARIA Nº 126/2025

DATA: 05 de maio de 2025

SÚMULA: Concede férias aos servidores municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 669/2022,

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias aos servidores públicos municipais abaixo nominados

Nome	Matricula	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
DJALMA DE OLIVEIRA SANTOS	60771	Auxiliar de Serviços Gerais	2023 a 2024	05.05.2025 24.05.2025
EDSON STUMPF LEICHTER	60781	Auxiliar de Serviços Gerais	2023 a 2024	05.05.2025 24.05.2025
FERNANDA MARTINS HANSEN	61541	Chefe do Setor de Limpeza Pública	2023 a 2024	05.05.2025 24.05.2025
ROSA APARECIDA MIRANDA NEVES	10000001	Chefe do Setor Administrativo	2023 a 2024	05.05.2025 24.05.2025

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 05 de maio de 2025

FRANCO MARIA ALVES CABRAL

Prefeito Municipal

Publicado por:

Alexandra Nunes Marafá

Código Identificador:741A52AA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 125/2025 - NOMEIA CARGO EM COMISSÃO

PORTARIA Nº 125/2025

DATA: 05 de maio de 2025

SÚMULA: Nomeia cargo em Comissão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 672/2022,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a partir desta data o Senhor **BRUNO VINÍCIUS DA SILVA** portador do CPF nº 12X.XXX.X59-33/PR, para ocupar o cargo de **ASSESSOR JURÍDICO DO CRAS** cargo de provimento em comissão.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 05 de maio de 2025

FRANCO MARIA ALVES CABRAL

Prefeito Municipal

Publicado por:

Alexandra Nunes Marafá

Código Identificador:E6B3CFE8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO/DISTRATO
AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 03/2025 PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 047/2024

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO/DISTRATO AMIGÁVEL
DO CONTRATO Nº 03/2025
Pregão Eletrônico nº 047/2024

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, com sede à Rua Marechal Castelo Branco, 979 - centro, inscrito no CGC/MF nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Sr. **FRANCO MARIA ALVES CABRAL**

CONTRATADA: **B.G.L. BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA**

OBJETO: Aquisição de equipamento do tipo "Biodigestor de pequeno porte", destinado ao apoio de atividades correlatas à gestão de resíduos no Município de São José das Palmeiras, através de repasse de recursos oriundos Caixa Econômica Federal e Itaipu Binacional – CONVENIO "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA Nº 4125456/2023.

TERMO DE RESCISÃO: Rescisão Amigável do contrato nº 03/2025
DATA DE ASSINATURA: 11 de fevereiro de 2025.

FORO: Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná.

São José das Palmeiras, 05 de Maio de 2025

FRANCO MARIA ALVES CABRAL

Prefeito Municipal

Publicado por:

Alexandra Nunes Marafá

Código Identificador:3AACEED6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 241/2025



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: B. G. L. BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA
CNPJ: 41.967.974/0001-26

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 23:25:56 do dia 20/12/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/06/2025.

Código de controle da certidão: **6696.2A00.BD3A.DBB7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0303530 - 2025

CPF/CNPJ Raiz: 41.967.974/

Contribuinte: B. G. L. BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA

Liberação: 05/02/2025

Validade: 04/08/2025

Tributos Abrangidos: Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 6.939.350-8- Inicio atv :17/05/2021 (AV MAL MARIO GUEDES, 2 - CEP: 05348-010)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR**.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 11:05:58 horas do dia 05/02/2025 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 9C34EFCF

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 41.967.974/0001-26
Razão Social: B G L BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA
Endereço: AVENIDA MARECHAL MARIO GUEDES 2 APT 31 / JAGUARE / SAO PAULO / SP / 05348-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/04/2025 a 23/05/2025

Certificação Número: 2025042402575617345171

Informação obtida em 05/05/2025 09:54:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 41.967.974

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 67717492

Data e hora da emissão 05/05/2025 09:54:10

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

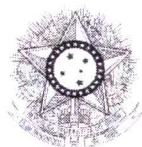
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

Folha 1 de 1

(hora de Brasília)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: B. G. L. BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 41.967.974/0001-26
Certidão nº: 3084974/2025
Expedição: 16/01/2025, às 18:26:36
Validade: 15/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **B. G. L. BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **41.967.974/0001-26**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 41.967.974/0001-26

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 25050060694-16

Data e hora da emissão 05/05/2025 09:52:09

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio
www.pfe.fazenda.sp.gov.br